
PLANO ESTRATÉGICO PLURIANIAL DO CIDP

2012-2015



Índice

INTRODUÇÃO: OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO CIDP.....	3
I. ACREDITAÇÃO CIENTÍFICA NO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SCTN)	
a) Acreditação do CIDP junto da FCT-MEC.....	4
b) Integração dos CVs dos investigadores do CIDP na FCT-SIG.....	6
c) A relação do CIDP com o ICJP-FDL.....	6
II. PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS E DE PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA	
a)Elaboração dos planos anuais de atividades.....	8
b) Construção de uma base de dados.....	9
c) Criação de Revista Científica online em Direito Público.....	9
III. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E DE COOPERAÇÃO INTER-UNIVERSITÁRIA	
a) O Consultor Executivo.....	11
b) Criação do website do CIDP.....	11
c)Parcerias estratégicas.....	12
ANEXO: DOCUMENTOS ESSENCIAIS DO CIDP.....	13

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO CIDP

2012-2015

INTRODUÇÃO

O presente plano visa traçar as linhas fundamentais da estratégia trianual (2012-2015) relativa à instalação, funcionamento, acreditação, atuação e visibilidade do novo Centro de Investigação de Direito Público (CIDP) do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito de Lisboa.

Volvida a apresentação de uma candidatura ao financiamento plurianual de um projeto de investigação, junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência (FCT-MEC), o ICJP irá dar continuidade ao seu objetivo de implantação e autonomização de uma unidade de excelência científica capaz de valorizar e concentrar o melhor da produção e da criatividade académica e intelectual na área do Direito Público na Faculdade de Direito de Lisboa (FDL).

Tendo a referida candidatura sido submetida à FCT em nome do ICJP, este Instituto propõe-se focar o núcleo da sua investigação, publicações e promoção académica dos seus investigadores num único Centro, capaz de chamar a si grandes linhas de investigação que lhe permitam agregar uma vasta rede de colaborações e sinergias nacionais, regionais e internacionais dedicadas às áreas do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito Europeu e Direito Internacional Público e da Ciência Política.

Assim, o CIDP irá, no próximo triénio, procurar fixar o seu horizonte de actividade científica e expansão académica, na observância de três linhas estratégicas fundamentais, que serão sujeitas a aprovação e revisão permanente por parte do Conselho Científico do CIDP:

- a) Estratégia de Acreditação Científica no Sistema Científico Nacional (FCT-MEC);*
- b) Estratégia de produção de conteúdos e de publicação científica;*
- c) Política de Comunicação e Cooperação Interuniversitária*

I

Estratégia de Acreditação Científica no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN)

a) Acreditação do CIDP junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-MEC).

A Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-MEC) contribuiu para a consolidação institucional das universidades portuguesas e de todas as instituições afectas ao Ensino Superior, concentrando em si todos os mecanismos de aferição e avaliação da qualidade e da evolução científica da produção académica nacional. Ciente de que a afirmação institucional e a credibilização científica das unidades orgânicas e dos seus centros de investigação no Ensino Superior passa necessariamente pela sua incorporação no Sistema Científico Nacional gerido a partir da FCT, o CIDP irá privilegiar como primeira prioridade da sua afirmação, crescimento e maturação institucional, uma estratégia de preparação para a sua acreditação científica e avaliação por parte da FCT.

Este plano, bem como os objetivos nele contidos, mormente os que tiverem então sido realizados, irão ser objecto de um RELATÓRIO DE ACTIVIDADES que constitui o documento principal de apresentação do CIDP junto da FCT, na qualidade de entidade avaliadora.

De resto, todas as iniciativas apresentadas no presente plano servem de alguma forma o propósito de afirmação e até de vinculação do CIDP ao Sistema Científico Nacional que a FCT centraliza. O CIDP aponta como objetivos principais neste âmbito, não apenas o projeto *Informal Changes In Constitutional Law* (já submetido a concurso tendo em vista a obtenção de financiamento plurianual da FCT), a par de outros projetos que irá apresentar nos próximos concursos tanto no âmbito da FCT como de outras instituições financiadoras, mas também a obtenção de uma alta classificação por parte da mesma Fundação, de forma a permitir o financiamento e reconhecimento externos que são a condição essencial da sua existência e credibilidade científica.

A acreditação do CIDP no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) será conduzido por um painel de investigadores internacionais seleccionados pela FCT, que irão visitar o centro com o intuito de avaliar a actividade científica de cada um dos grupos de investigação do centro e ainda as condições de acolhimento dos investigadores. Cada linha de investigação deverá corresponder a um grupo de investigadores, com um coordenador de equipa a conduzir o membro do painel da avaliação da FCT por entre as várias actividades desenvolvidas. Importando destacar que o léxico da avaliação se processa em inglês, recorda-se avaliação global do CIDP, que pode variar entre ‘excellent’, ‘very good’, ‘good’ ‘fair’ ou ‘poor’, será calculada de acordo com a súmula da classificação atribuída a cada grupo, de acordo com os critérios expressos em percentagem na seguinte tabela e cuja

definição específica está indicada em baixo e deve ser enfatizada no RELATÓRIO DE ACTIVIDADES:

Item of Evaluation	Weighting	% of total	Rating
Productivity	x 0.4	40	2
Relevance	x 0.2	20	1
Feasibility	x 0.2	20	1
Training	x 0.2	20	1
FINAL SCORE	x 1.0	100	5

Productivity: O total da produção científica do CIDP nas suas várias formas e formatos, incluindo monografias, artigos (com ou sem *peer-review* mas destacando aqueles que são publicados em revistas de prestígio internacionais), relatórios, pareceres e atas de conferências.

Relevance: O impacto académico mas também social, político e económico da investigação, apontando para a relevância pública e científica das linhas de investigação escolhidas pelo Centro, as quais devem privilegiar a inovação, a interdisciplinaridade e ainda as tendências internacionais na disciplina e nos centros de investigação da mesma área. A organização de conferências, bem como a coordenação e edição de obras colectivas que incluam a participação de investigadores estrangeiros deve ser mencionada.

Feasibility: A viabilidade dos projectos e planos de actividades deve ser realista e prudente, de forma a que as propostas de investigação e os objectivos científicos gerais não sejam excessivamente ambiciosos e possam ser julgados irrealizáveis pelos avaliadores.

Training: Trata-se de um dos critérios mais importantes para a FCT que, no caso deste centro não é da responsabilidade do CIDP mas sim do Instituto do qual este emana e da Faculdade, o que deve portanto ser objecto de uma explicação e de uma justificação cuidada.

Importa ainda notar a este respeito que o RELATÓRIO DE ACTIVIDADES terá de ser submetido em inglês e será o primeiro documento a que a FCT terá acesso, pelo que deve ser elaborado com o máximo cuidado. Este documento é também importante na medida em que prepara a visita dos painéis de avaliadores ao CIDP, o que constitui a segunda etapa do processo de avaliação, sendo que a primeira consiste na submissão electrónica do RELATÓRIO e a terceira, a resposta, com a respectiva classificação, por parte do painel da FCT.

b) Integração dos Currículos (CVs) dos investigadores do CIDP na plataforma eletrónica oficial do Sistema Científico Nacional FCT-SIG.

Com o intuito de se facilitar, quer o reconhecimento académico dos seus recursos humanos, quer ainda o seu envolvimento nos projectos apoiados nos vários esquemas de financiamento postos à disposição pela FCT, a nível individual ou colectivo, de âmbito nacional ou internacional, o CIDP irá dar continuidade à introdução dos CVs dos seus investigadores – e ainda daqueles que participem nos projectos de investigação submetidos aos concursos da FCT – na base de dados FCT-SIG, que constitui a plataforma eletrónica privilegiada de acesso, por parte da Fundação, aos currículos dos investigadores participantes nos projectos.

c) A relação do CIDP com o ICJP-FDL.

Toda a estratégia de acreditação, consolidação e afirmação externa do CIDP terá de ter em conta a sua articulação com o Instituto e com a Faculdade, respetivamente a entidade gestora e a entidade de acolhimento. Assim, a acreditação científica do CIDP junto da FCT deverá incutir um grande ênfase na articulação que o centro tem com o ICJP de modo a que esta ligação institucional seja vista não apenas como uma mais-valia para a produção científica e a reputação académica do ICJP, mas contribuindo também para a estratégia pedagógica global da Faculdade como um todo, sustentada numa atividade científica institucionalizada e aplicada, capaz de dar respostas concretas aos problemas legais e políticos da coletividade entro dos padrões legais estabelecidos.

Sem prejuízo da agenda científica e pedagógica própria do ICJP e da sua liberdade para organização de cursos, eventos e conferências, bem como da competência da Faculdade para atribuição de graus académicos, importa que o CIDP seja reconhecido e beneficiado pela sua conexão com estas duas entidades, de forma a poder apresentar-se perante a FCT como um centro inovador e dinâmico na sua produtividade e criatividade científicas.

A boa classificação do CIDP e a sua conseqüente integração e afirmação académica no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) dependem largamente na capacidade que o centro vier a desenvolver não apenas no que respeita à sua produção científica, mas também na valoração da atividade desenvolvida pelo ICJP de que o primeiro faz parte e, sobretudo, da vasta produção em obras publicadas, projetos educativos e de formação avançada (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento) desenvolvidos pelos investigadores, na qualidade de docentes da Faculdade de Direito. Assim, o CIDP terá de encontrar uma forma de demonstrar que toda a produção científica dos seus investigadores é capaz de contribuir directamente para a formação pedagógica da Faculdade e do ICJP, incutindo no horizonte profissional dos seus melhores alunos a evolução futura para uma “Escola Doutoral”¹ integrada na FDL, no caso daqueles que pretenderem prosseguir uma

¹ No que diz respeito a esta matéria, e para não sair do âmbito da Universidade de Lisboa, atente-se no caso de uma unidade de investigação, o Instituto de Ciências Sociais (ICS), cujos frutos de reconhecido mérito na investigação têm obtido um objetivo reconhecimento internacional e grande

carreira académica numa instituição de elite. Importa notar aqui que o contributo dos centros de investigação para a formação individual de cada investigador é precisamente um dos critérios de avaliação/classificação da FCT e é também uma das áreas prioritárias de investimento desta Fundação, cujo papel principal tem sido o de conceder bolsas para aqueles dois níveis de formação (BD e BPD) aos chamados *fellows* que se associam assim a estes centros.

Com isto, a FCT pretende que os Centros de Investigação de cada Faculdade, Instituto ou Departamento de qualquer universidade Portuguesa colaborem no desenho de programas dos cursos pós-graduados, não se limitando exclusivamente à publicação de monografias e artigos ou organização de conferências conexas com projetos de investigação ou ainda a criação de observatórios e arquivos históricos para consulta. Tal não significa que sejam os centros de investigação a conferir os graus – uma competência que continuará a pertencer à Faculdade de Direito de Lisboa- ou a interferir nos respetivos programas. Implica, sim, que os centros se predisponham a acolher nos seus programas, projectos e iniciativas, investigadores juniores (*early-career researchers*) precisamente para poderem colmatar a clivagem inter-geracional que o sistema académico português ainda reproduz. E que, nos termos da deliberação do Conselho Científico da Faculdade de direito de Lisboa, tomada em 2012 em matéria de investigação científica desenvolvida através de centros constituídos no âmbito dos institutos, se estabeleçam formas de articulação ente o gabinete de doutoramentos e mestrados e os referidos centros, mormente no que respeita à conceção de programas de disciplinas e a sua valorização e projeção externa. Trata-se, por conseguinte, de uma mudança sensível na forma como as universidades estão estruturadas internamente.

É no quadro destas balizas que o CIDP poderá obter o reconhecimento que as suas valências intelectuais merecem no contexto nacional e internacional, apresentando o melhor corpo docente e o mais qualificado conjunto de investigadores no ensino do Direito Público do País.

II

Estratégia de produção de conteúdos

impacto nacional, protagonizando uma transformação no *modus faciendi* da investigação nas ciências sociais em Portugal, atraindo para si financiamentos de fontes nacionais – sobretudo da FCT – e de fontes internacionais como é o caso das bolsas *Marie Curie* da Research Executive Agency (ERA) da Comissão Europeia. O ICS afirmou a sua capacidade de investigação precisamente através da constituição de uma “Escola Doutoral”, isto é, de uma unidade de formação avançada com a responsabilidade de orientação de doutorandos, sendo que, contudo, a admissão, graduação e conferição dos graus continua a cargo da Faculdade da qual o ICS emana.

e de publicação científica

a) Elaboração dos planos anuais de atividades.

O CIDP propõe-se desenvolver, de acordo com a sua vocação e as suas linhas de investigação privilegiadas, descritas no seu regulamento original, planos anuais de atividades que procurem articular as valências científicas e intelectuais do Centro com a respetiva visibilidade. Ou seja, toda a produção científica do Centro terá de passar não apenas pelo crivo do rigor que a capacidade de supervisionamento interno garantem, mas também pelo reconhecimento e publicidade que este irá procurar obter dentro e fora do País, ora através da sua acreditação junto da FCT-MEC, ora através da sua produção científica em revistas científicas e editoras prestigiadas, ou ainda, através da mobilização de patrocínios, de apoios institucionais, de parcerias internacionais com outras universidades, em articulação com instituições públicas de relevo social e político.

Cada plano de atividades será desenvolvido em coerência não apenas com o presente plano plurianual e com as linhas de investigação pré-definidas, mas também com a vocação última de publicidade e afirmação externas do CIDP. Ora, o Centro já estreou faticamente o seu plano de actividades mediante a conceção do Projecto de Investigação, formalmente apresentado pelo ICJP; sobre a temática das mudanças tácitas à Constituição, (*Informal Changes in Constitutional Law*) com a referência PTDC/IVC-JUR/4877/2012, R&D Projects, 2012 FCT Call.

Este projecto, a que se seguirá a conceção de outros sobre o Direito da Energia e sobre Direito das Catástrofes Naturais, consiste numa linha fundamental de actuação do CIDP que incorpora a sua estratégia de produção de conteúdos e de publicação científica, mas que se insere também nas estratégias I e III, dado que é no âmbito deste projecto financiado pela FCT-MEC que o centro irá consagrar o seu nascimento e a sua afirmação institucional junto de parceiros internacionais e, sobretudo, como instituição com credibilidade científica reconhecida.

Sem entrar em pormenores relativos ao conteúdo do projecto, importa aqui salientar que o sucesso da sua implementação e realização – assim como da sua produção científica para publicação posterior – irá resultar da articulação com as várias instituições que estão envolvidas no projecto, bem como da participação de vários especialistas, quer da Faculdade de Direito quer internacionais, que irão contribuir com o seu trabalho inovador, a sua produtividade e o seu prestígio para a excelência científica dos conteúdos oriundos do CIDP. O financiamento deste projecto por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia será, desejavelmente, o grande impulsionador de uma estratégia sólida de publicação, dado que todas as publicações afectas à temática do projecto *Informal Changes*, e sobretudo a publicação final de uma monografia da autoria colectiva dos vários investigadores, colaboradores e consultores, serão da responsabilidade do CIDP.

b) Construção de uma Base de dados.

O CIDP propõe-se proceder à coleção e listagem sistemática de toda a produção científica mais recente, que esteja a decorrer e ainda aquela que está prevista, dos seus investigadores, organizando esta informação de uma forma estruturada e inteligível, de forma a poder facilitar a consulta do público em geral através do sítio web e sobretudo das entidades avaliadoras e potenciais patrocinadores – nomeadamente com vista à elaboração do RELATÓRIO DE ACTIVIDADES a ser apresentado à FCT. Este processo de arquivamento permitirá aos responsáveis do CIDP – sobretudo ao conselho científico e à comissão de acompanhamento, mas também a todos os seus investigadores – aceder a toda a actividade de publicação do Centro, que deverá, com esse propósito, ser actualizada com permanência. Assim, o CIDP poderá saber sempre o que está ser produzido pelos seus membros, de forma a poder articular os esforços e os sucessos individuais com a máxima projecção possível do próprio centro.

Procurar-se-á estender a mesma base de dados a bibliografia e a jurisprudência relevantes em áreas de investigação em curso ou em domínios onde seja julgada útil para o apoio à realização dos cursos do ICJP.

Esta base de dados permitirá, assim, ao CIDP assistir, no melhor das suas capacidades, os seus próprios investigadores e ainda aqueles que colaboram com o Centro, facilitando acesso à informação e à própria produção científica. Donde, a necessidade de articular esta base com a estratégia de comunicação do Centro, que passa, como se verá na parte III, pela criação de um sítio web de consulta simples e fácil, onde os investigadores poderão ter acesso a toda a informação de que irão necessitar para conduzir as suas actividades, individuais ou em equipa, com sucesso e eficácia. No longo prazo, pretende-se ainda que o CIDP desenvolva a actividade protocolar necessária à inclusão da sua produção científica em redes de transferência e intercâmbio de conhecimento científico como a rede internacional *Athens* e a sua inclusão em várias redes internacionais e privilegiando a sua ligação forte à Academia Brasileira, através da sua associação a sistemas online de arquivamento de periódicos académicos como a Jstor e outros do mesmo tipo.

c) Criação de uma Revista Científica Online na área do Direito Público.

Com o intuito de promover não apenas a qualidade científica da sua produção e a sua respeitabilidade académica na área do direito público, mas também a democraticidade, transparência e publicidade da sua produção científica, o CIDP como unidade do ICJP, assume o compromisso de preparar a criação e assegurar a gestão de um jornal *online* em Portugal na área do Direito Público. Este projecto terá de ser preparado em articulação com uma estratégia de captação de financiamento levada a cabo junto de uma rede de mecenato, cuja abordagem será definida na parte III (alínea *e*) deste documento) e que irá contribuir para a visibilidade imediata do CIDP e para a disponibilização de alguns conteúdos de pesquisa – relativos às várias linhas de investigação – que relevam

directamente para as questões políticas, legais e sociais mais prementes que atravessam a sociedade civil portuguesa e confrontam as instituições nacionais com desafios históricos.

A criação e o desenvolvimento desta revista eletrónica, acessível informaticamente através do sitio web do centro, irá constituir um dos elementos de inovação desta área científica no âmbito da FDL, reforçando a imagem e a visibilidade internacional da Faculdade. Com efeito, projecção da produção científica nacional na área do direito através de uma revista científica online, regada por critérios de rigor de um sistema *peer-review* conforma um salto qualitativo, e acordo com os standards em vigor, para o reconhecimento global do mérito científico e intelectual da investigação nacional nesta área.

III

Política de Comunicação e Cooperação Interuniversitária

a) O Consultor Executivo.

À imagem das melhores práticas académicas e de investigação a nível europeu, o CIDP procurará reproduzir na sua estrutura interna a figura do ‘*Executive Consultant*’, que será o responsável pelo aconselhamento dos órgãos do Centro e de articulação funcional entre a produção científica do CIDP – da responsabilidade dos seus investigadores – e a visibilidade desta produção. Tal como já foi referido, a produção científica dos investigadores afectos ao CIDP deverá passar por uma estratégia de harmonização com a identidade institucional do centro que se alcança na sua vocação científica e nas suas prioridades epistemológicas. Ao consultor executivo, sob a direção da Comissão Coordenadora Científica, cumprirá conjugar no plano executivo três componentes centrais do funcionamento do centro, a saber: (i) o âmbito teórico da investigação com (ii) a dimensão prática das necessidades logísticas e de gestão financeira e académica do CIDP e ainda com (iii) a imagem e o discurso próprio do CIDP.

Este Consultor terá portanto funções consultivas e executivas na medida em que irá funcionar sob a direção da Comissão Coordenadora Científica e do Secretário-Geral na concretização das deliberações da mesma Comissão e do Conselho Científico do CIDP, com especial relevo para as iniciativas que digam respeito quer à comunicação institucional do – que passam sobretudo pela construção do sítio web mas também pela organização e promoção dos eventos relativos às publicações e aos projectos de investigação; quer rede institucional e parcerias estratégicas que os projectos de investigação, conferências e colóquios bem como as próprias publicações, envolvem com várias instituições. O Consultor Executivo poderá não ter qualquer papel no que respeita aos conteúdos de investigação do centro, às actividades de pesquisa ou no que respeita à definição da orientação pedagógica e científica do Centro – da responsabilidade da Comissão Coordenadora Científica e do Conselho – mas terá um papel fundamental na apresentação, no léxico comunicacional e na promoção das actividades do CIDP no exterior, sendo ainda o responsável pela vasta rede de contactos nacionais e internacionais que o Centro vier a desenvolver para levar a cabo a sua missão.

b) Criação do sítio web do CIDP.

Como opção fundamental de comunicação académica, apta a gerar a visibilidade necessária da atividade do Centro e de uma vasta rede inter-universitária de prestígio e dinamismo intelectual e científico, cumpre destacar a criação do sítio web do CIDP, presentemente em

curso e que, no seu arranque, consistirá numa extensão do sítio do ICJP, contendo, nomeadamente, quatro elementos fundamentais:

1. As principais linhas de investigação do CIDP (Direito Constitucional, Ciência Política, Direito Administrativo e Direito Europeu e Internacional), destacando dentro destas as sub-áreas que serão consideradas prioritárias em razão dos projetos de investigação em curso ou em preparação;
2. As parcerias do CIDP com universidades, institutos científicos e centros de investigação de referência, nacionais e internacionais bem como com instituições públicas e privadas com as quais estabeleceu acordos de colaboração;
3. O perfil dos investigadores, num sumário em língua inglesa, dando-se especial ênfase aos seus interesses de investigação, às suas publicações e sobretudo às áreas de orientação ao nível de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, para que o CIDP se torne um centro atractivo para novos investigadores e ainda mais para aqueles que concorrem às bolsas da FCT para integrarem o corpo de investigação da Faculdade, cujo estatuto se encontra em fase de preparação;
4. As publicações que resultem da actividade de investigação do CIDP, com especial destaque para os livros que decorrem directamente dos projectos de investigação centralizados no centro, facilitando o acesso aos links destas monografias e ainda aos links dos artigos que relevam para cada trajectória de pesquisa.

c) Parecerias e financiamento

A organização de um plano de actividades a levar a cabo pelo CIDP não visa apenas a sua acreditação científica junto da FCT, mas pretende ainda demonstrar o relevo social e económico global destas actividades de forma a que possa depois procurar, junto de Fundações e outras entidades financiadoras – tais como a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Francisco Manuel dos Santos, a Fundação EDP, a Fundação Portugal Telecom, a Executive Research Agency (ERA) e o European Research Council (ERC) – os apoios necessários à condução destas actividades e ainda o suporte burocrático, administrativo e logístico que estas irão requerer. Para tal, é necessário que o plano anual de actividades procure desde logo concretizar as linhas de actuação do CIDP em projectos de investigação específicos localizados em áreas particulares que apelem directamente às prioridades de financiamento e patrocínio destas fundações, procurando conciliar estes interesses com o carácter inovador das suas propostas de pesquisa e das novas abordagens metodológicas.

